



## **A Educomunicação no ambiente escolar: em busca de uma educação democrática<sup>1</sup>**

Héber Augusto SOARES<sup>2</sup>  
Liliana da SILVA<sup>3</sup>  
Faculdade Boas Novas, Manaus, AM

### **RESUMO**

Esta pesquisa objetivou analisar o processo de implantação da Educomunicação no ambiente escolar, como subsídio para uma transformação da consciência social acerca da cidadania e da participação social, de forma a construir atitudes proativas diante de questões diárias que exigem posturas firmes diante do Estado, nem sempre disposto a cumprir seu papel de garantidor do bem-estar social. O presente estudo justificou-se pela necessidade urgente de mudança de postura por parte da população com relação a frequentes escândalos envolvendo seus representantes políticos e quanto à sua própria co-responsabilidade enquanto cidadãos. A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica, quanto aos meios, e descritiva e explicativa quanto aos fins. Evidenciou-se ao final que é premente a necessidade em busca de uma educação democrática onde possibilite o esclarecimento da população quanto aos seus direitos de cidadãos para que possam exercer sua cidadania de forma mais consciente, exigindo que seus tributos sejam devolvidos de forma responsável em forma de serviços públicos com qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidadania; comunicação; educação; educomunicação; jornalismo;

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente estudo destina-se à análise do processo educativo enquanto ferramenta para a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente de seus direitos e deveres, fazendo com que haja a quebra de alguns paradigmas instalados há anos na sociedade brasileira, com relação à cidadania e à participação popular nos processos políticos do país. Neste estudo será realizada uma análise sobre os vários conceitos acerca do termo educomunicação, cidadania, assim como o de ideologia.

Por meio de um levantamento bibliográfico sobre o tema, serão levantadas questões sobre a dificuldade de acesso à prática de cidadania por parte das massas populares, enquanto que a pequena elite dominante goza de privilégio, portanto estando acima dos direitos estabelecidos pela Carta Magna de 1988.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na II07- Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

<sup>2</sup> Pós-Graduando de Assessoria de Comunicação da FBN-AM. Jornalista e Radialista, email: [contatomeu@gmail.com](mailto:contatomeu@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Mestre em Ciências da Comunicação pela UFAM e professora do Curso de Jornalismo da FBN-AM, email: [fbncomunicacao@gmail.com](mailto:fbncomunicacao@gmail.com).



Utilizando de teóricos como Freire, Arroyo e Buffa, expoentes da área pedagógica e social, o estudo buscará traçar o perfil do educador-cidadão, que através de sua prática político-pedagógica, por meio de questões sociais relevantes, da vida diária de seus alunos, é capaz de despertá-los por estarmos na Era da Informação, não pode-se mais imaginar o ambiente escolar segregado dos meios de comunicação e muito menos professores isolados em suas salas de aula. O desenvolvimento tecnológico das mídias tornou necessária a inter-relação entre comunicação e educação, assim surgiu um novo campo de intervenção social: a Educomunicação, que com certeza servirá para auxiliar nesse processo de formação cidadã de educadores, alunos e sociedade como um todo.

A Educomunicação pretende uma mudança nas realidades educativas e sociais, por meio de ações comunicativas, propondo a criação de ecossistemas comunicativos, nos quais os indivíduos possam se desenvolver social e criticamente. As ações propostas pela Educomunicação visam englobar a educação, a comunicação e a tecnologia, valorizando a construção coletiva e democrática do ambiente. Conhecê-la tornou-se condição fundamental a todos os agentes envolvidos no processo educacional, hoje não se pode mais falar em educação formal sem pensar na comunicação e seus instrumentos tecnológicos como aliados. O contorno que as mídias dão à comunidade é de suma importância, sendo assim, elas não podem ficar excluídas do fazer docente, afinal o que todo professor deseja é fazer a diferença para os seus alunos.

## **2. CIDADANIA E SEUS DIFERENTES ASPECTOS**

Cidadania pode ser definida, em linhas gerais, o conjunto de direitos e deveres da pessoa diante do poder, que se expressam na cidadania pública e privada e na cidadania ativa e passiva.

Para Alice Mouzinho Barbosa (2005, p.19), “faz-se e refaz-se permanentemente, apresentando diferentes conotações em decorrência de novas condições de tempo e de espaço”. Segundo a autora, há várias percepções da cidadania, não apenas a jurídica, mas a social, política, cultural, econômica, existindo ainda outros aspectos que apenas reforçam a imprecisão de uma definição sobre o tema. Para muitos, cidadania se expressa pelo direito de votar, contudo, segundo a autora, “esta perspectiva não satisfaz se não for possível exercer certo controle sobre a prática política, as promessas de campanha e o condicionamento do voto a determinada ideologia”. Neste ponto,



encontra-se em Manzini-Covre (2007), aquilo que mais se aproxima dos conceitos de ideologia e cidadania que trabalharemos neste estudo. No tocante à concepção de cidadania, a autora diz que

cidania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência.(COVRE, 2007, p.11).

E que ideologia, em seu sentido mais amplo, pode ser compreendida

como uma concepção de mundo, expressão cultural de uma época cujo interior pode ser formado por muitos veios, mesmo contraditórios – se considerarmos que a ideologia é a expressão de embate entre várias formas de pensar e agir dos grupos que formam a sociedade. (COVRE, 2007, p. 24)

Sendo assim, os direitos e deveres do cidadão devem ser colocados no mesmo plano constitucional e integrar seus direitos fundamentais, uma vez que seus direitos muitas vezes não passam de normas escritas na Constituição e que não se consolidam nem por meio de regulamentação nem como fato social.

Da mesma forma, segundo Barbosa, seus deveres são transformadores sociais e individuais, pois se o indivíduo for participante, é agente de mudanças internas e psicológicas importantes; quando deixa o papel passivo de receptor de direitos e passa à ação, assume o papel de transformador do mundo social. Assim, ser cidadão é ser parte de um todo maior, pertencendo como parte de um universo mais amplo, através da internacionalização dos direitos humanos que, não só reforça como torna eficaz esse mesmo direito.

### **3. BRASIL: UM PAÍS SEM CIDADÃOS?**

De acordo com Buffa (2007) os direitos do cidadão, tanto os chamados Direitos Humanos quanto os chamados Direitos Civis foram sendo progressivamente realizados nos países capitalistas desenvolvidos, a partir do século XVIII, como proposição da democracia burguesa, sendo reafirmados pela ONU pós 2ª Guerra Mundial.

Para Chauí (1986, apud BUFFA, 2007, p. 28), o Brasil, país igualmente capitalista como os que propuseram tais direitos, os mesmos inexistem, uma vez que

Não existem para a elite, de vez que ela não precisa de direitos porque tem privilégios. Está, pois, acima deles. Não existem para a imensa maioria da população – os despossuídos –, pois suas tentativas de



consegui-los são sempre encaradas como problemas de polícia e tratadas com todo o rigor do aparato repressor de um Estado quase onipotente.

Compreendemos, portanto, que a liberalidade com que é tratada a pequena elite brasileira, diz respeito de forma inversamente proporcional à extrema repressão com que é tratada a grande maioria do povo, principalmente quando, numa tentativa de fazer valer os direitos básicos a que tem direito são tratados com cinismo e descaso ora pela opinião pública, ora pelo próprio Estado.

Outro fator que revela o abismo existente entre os cidadãos de uma mesma nação, no caso o Brasil, é a qualidade da educação a eles oferecida. Segundo a autora, a educação que se oferece à maioria da população é uma rede escolar precária em todos os sentidos, e mesmo que funcionem em todos os horários possíveis não atendem à demanda de crianças em idade escolar. Mesmo que frequentemente apareçam propostas para melhoria na qualidade da educação oferecida à população de baixa renda, muitas vezes não passam de programas assistencialistas. Enquanto isso, o problema do analfabetismo no Brasil continua insolúvel, sendo grande parte desses analfabetos os ditos funcionais, ou seja: desenham palavras, lêem, mas não compreendem o que lêem.

Se formos analisar a situação pelo viés econômico, sabemos que o Brasil é um país capitalista com um setor industrial forte e competitivo internacionalmente. Contudo, igualmente sabemos que o capitalismo não se realiza aqui como nos moldes dos demais países europeus. Aqui, a realização do capital se faz à custa da exclusão de grande parte da população brasileira, nos fazendo refletir sobre a questão levantada por Buffa: “como conseguir que, no limiar do século XXI, os brasileiros se tornem cidadãos?”. Para Arroyo (2007), nossos dirigentes políticos têm justificado a exclusão da cidadania do povo brasileiro, por meio do argumento de sua imaturidade política. O autor nos revela o pensamento desses mesmos dirigentes sobre o ovo brasileiro. De acordo com Lamounier :

Não estaremos a revelar nenhum segredo dizendo que a grande maioria dos nossos atuais círculos governamentais e parlamentares não acredita no povo brasileiro como entidade consciente, não lhe reconhecendo, portanto, nenhuma capacidade de discernimento e de liberação. (LAMOUNIER 1981 apud ARROYO, 2007 p. 32)

Segundo Arroyo, o afastamento da população brasileira das deliberações políticas na sociedade se deve exatamente à tese da imaturidade e despreparo das camadas populares para a cidadania, recorrente na história e na prática política do país. Assim, os longos períodos de negação à participação popular nas decisões políticas, se



justificam pelo fato de o povo brasileiro ainda não estar educado para a cidadania responsável; e nos curtos momentos de abertura, a tônica passa a ser a “educação para a cidadania”, sendo o tema reforçado pelos “iluminados” da nação: políticos, intelectuais e educadores. Ou seja, tanto nos curtos períodos de abertura, quanto nos períodos de negação, o exercício da cidadania não é permitido pelo despreparo da população. Tal argumento nos leva à diferenciação das elites autoritárias das elites chamadas libertárias, uma vez que estas últimas são favoráveis à educação das camadas populares para um dia participarem das decisões sociais: o dia em que forem julgadas capazes.

Seguindo a análise da negação ao direito das camadas populares ao exercício de sua própria cidadania, Arroyo (2007) cita a importância do papel da educação no processo, quando toma partido em campos ideológicos:

Podemos criticar e afastar o fantasma da ‘domesticação ideológica’, porém, não é fácil afastar e menos ainda defender as formas sinuosas e sutis através das quais a vinculação entre educação e cidadania, como condição para a participação, vem agindo durante séculos para justificar a exclusão da cidadania, a condenação das camadas populares à condição de incivilizados, de não-aptos como sujeitos de história e de política, e a legitimação da repressão e desarticulação das forças populares por teimarem em agir politicamente fora das cercas definidas pelas elites civilizadas como o espaço da liberdade e da participação racional e ordeira. A participação fora dos espaços até físicos definidos pelas autoridades competentes continua sendo, até hoje, reprimida como o vandalagem. (ARROYO, 2007 p. 39)

Arroyo deixa claro que a educação passa ao papel de “redentora” no processo de preparação da massa populacional de baixa renda ao exercício de sua cidadania, sendo condição para que o homem comum seja aceito como cidadão.

#### **4. A EDUCOMUNICAÇÃO**

Nos campos da comunicação e da educação sempre foi percebida a possibilidade de se “disciplinar” a massa, tanto que esses setores sempre se mantiveram sob o controle das elites políticas e econômicas. Com o crescimento vertiginoso dos meios de comunicação, chegamos à Era da Informação, o controle da recepção (e da própria emissão) das mensagens já não é garantido. A informação chega por todos os lados, estamos “mergulhados” num mar de informação. Nesse novo cenário social a escola é, talvez, a instituição para a qual mais demandas de mudanças sejam feitas. Realmente, se faz necessário uma mudança de postura no fazer pedagógico, os meios de comunicação não devem ser mantidos distantes do ambiente escolar, e a verticalidade das relações



entre professor-aluno, em termos de sua comunicação e interação, já demonstrou suas limitações do ponto de vista educativo. Nesse contexto se torna inevitável a intersecção das áreas da comunicação e da educação, gerando um novo campo de atuação: a Educomunicação.

## **5. DEFININDO A EDUCOMUNICAÇÃO**

Ter controle sobre os meios de comunicação e educação é a melhor maneira de se manipular as consciências das massas. No início do século XX, o meio de comunicação mais abrangente era o rádio, que estava nas mãos das elites econômica e política, e por isso é para esse meio que converge uma discussão inicial no Brasil acerca da inter-relação entre comunicação e educação.

Assim, Roquete Pinto, no início do século XX, já via a possibilidade de uma cultura e educação democratizante chegar aos lares brasileiros pelas ondas do rádio, através da Radio Nacional. Infelizmente seu ideal foi derrotado e a Rádio do Brasil foi entregue ao Governo Federal sem que seu projeto fosse alcançado. Outro brasileiro que investiu na comunicação visando à educação foi Monteiro Lobato, precursor da literatura infanto-juvenil no Brasil, apesar disso foi mantido à margem da educação por longas décadas.

Na segunda metade do século XX, o audiovisual se difundiu nos espaços educativos na Europa e América Latina, inicia-se uma série de análises críticas a respeito das mensagens dos meios, propaga-se uma literatura preocupada em advertir os usuários sobre as possíveis manipulações sofridas pela mídia. Na década de 1970, os estudos acerca das recepções voltam-se às práticas pedagógicas, fala-se da necessidade de uma formação crítica dos alunos. Paulo Freire faz uma análise das teorias de comunicação vigentes e lança bases para uma nova pedagogia, que busca desenvolver a autonomia crítica do indivíduo. Em 1980, a UNESCO lança uma série de discussões sobre a educação e a comunicação.

Jesus Martín-Barbero (2000), na sua teoria das mediações, vai elucidar como ocorre o processo de recepção das mensagens, abrindo, assim, o caminho para as mudanças na pedagogia, agora se preocupando com os meios de comunicação. Esses são instrumentos de construção da hegemonia. Porém, essa é estruturada não somente pelo “poder” dos meios, mas a partir dos diferentes âmbitos em que vivem os indivíduos, e que conformam o sentido último das mensagens, ou seja, as mediações



sociais da comunicação, entre essas a família, os círculos de sociabilidade e, evidentemente, a escola.

Nesse sentido, o eixo central da discussão deixa de ser a necessidade de proteger, de modo paternalista, o indivíduo dos efeitos nocivos da mídia e passa a ser a necessidade de formular estratégias para que o indivíduo seja capaz de interagir com os meios de maneira consciente. Com o avanço da Internet, na década de 1990, a constituição de um novo campo de atuação que envolvesse a educação e a comunicação tornou-se ainda mais inevitável.

No contexto desse cenário da inter-relação da comunicação e educação surge um novo campo de atuação social, a Educomunicação, segundo o professor Ismar de Oliveira Soares (1999, p.27):

A inter-relação em estudo, ou simplesmente Educomunicação, não é por nós tomada na singularidade de uma nova disciplina, fechada em seus limites. Ao contrário, ela está inaugurando um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares com novas categorias analíticas.

No vasto campo da Educomunicação, de acordo com a proposta de Soares (1999), encontramos quatro possíveis áreas de intervenção, que são: a área da educação para comunicação (*media literacy*), a mais antiga das áreas que aproximam a comunicação da educação, que visa formar receptores críticos dos meios; a área da mediação tecnológica na educação (*informacion literacy*), que se volta à importância da utilização das diferentes tecnologias da informação na educação; a área da gestão comunicativa, voltada ao planejamento e execução de projetos que viabilizem ecossistemas comunicativos e a área da reflexão epistemológica, que compreende a inter-relação da comunicação com a educação como um fenômeno cultural emergente. Deve-se entender a Educomunicação permeada por essas quatro áreas, mas com um fundamento em comum: a ação comunicativa no espaço educativo.

No presente trabalho terá como base, também, a definição encontrada no site do NCE-ECA/USP. Nele, a Educomunicação é descrita como um conjunto de ações que visam integrar as práticas educativas, seja formal ou informal, ao estudo sistêmico dos meios de comunicação, buscando assim uma melhor compreensão do indivíduo acerca do mundo que o cerca, levando-o à compreensão de como os meios de comunicação podem manipular opiniões. Imagina-se, desse ponto de vista, que esse estudo possibilite uma análise crítica e autônoma do receptor. Ações educacionais também buscam





fortalecer os ecossistemas comunicativos em espaços sociais, melhorando, assim, o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. Os projetos educacionais podem ser implantados em qualquer ambiente público, não se restringem apenas ao ambiente escolar, sendo que esse, porém, é um ambiente bastante fértil para sua implantação.

Soares (1999) afirma que a Educomunicação tem em si uma relação dialógica, tendo como característica integradora a interdiscursividade. As ações educacionais têm por objetivo uma educação crítica voltada para a coletividade e cotidianidade. Ela trabalha com temas transversais, valoriza a contribuição individual de cada educando e reconhece o conhecimento como um todo, não como conteúdos fragmentados. Busca em suas práticas criar, desenvolver e fortalecer ecossistemas comunicacionais dentro do ambiente educativo, revendo as relações comunicativas entre todos os envolvidos no processo. Também busca proporcionar aos educandos subsídios para que possam desenvolver análises críticas diante das informações que lhes são transmitidas. Para que isso seja possível, devem-se proporcionar ambientes democráticos, abolindo formas autoritárias de comunicação.

## **6. A EDUCOMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Repensar a função da escola e das práticas educativas, bem como as relações entre os participantes no processo pedagógico, é uma maneira de revitalizar a instituição escolar, tornando-a mais próxima da cotidianidade do aluno, devolvendo a ela uma razão de ser. Nesse sentido, a valorização da comunicação no processo de aprendizagem proporciona um grande avanço em direção a essa nova escola. A Educomunicação pode, por isso, ser um modelo bastante útil de democratização do ambiente escolar. Atualmente, tornou-se inviável a dissociação entre educação, comunicação e tecnologias. Devemos pensar a formação do cidadão transpassada por essas ciências.

Para uma reflexão que visa a compreender a inter-relação comunicação e educação se faz necessário voltar à teoria pedagógica desenvolvida por Paulo Freire, segundo a qual a construção do conhecimento acontece por meio de ações comunicativas, troca de informações, que valorizam a cotidianidade e a pluriculturalidade dos envolvidos no processo. Freire considera a comunicação fundamental para transformação do indivíduo.





Na teoria dialógica freireana encontra-se os alicerces que permitem a teorização sobre os ecossistemas comunicacionais, a matriz de sua teoria está presente no pensamento de vários outros teóricos da comunicação, como Jesús Martín-Barbero (2000), para quem os ecossistemas comunicativos não são apenas moldados pelas tecnologias e meios de comunicação, segundo sua teoria a comunicação perpassa os diferentes conjuntos de linguagens com que nos deparamos na vida cotidiana; Mário Kaplún (1999), segundo o qual a educação comunicativa deve transcender o campo das mídias e se instalar como um instrumento pedagógico; e do mesmo modo, Soares (1999) trabalha o conceito de ecossistema comunicativo de uma maneira mais abrangente, estabelecendo bases sólidas para a inter-relação comunicação e educação.

Esse último autor se preocupa em sistematizar e conceitualizar a Educomunicação, trabalhando com a ideia da necessidade de uma ação comunicativa dentro do espaço educativo. De qualquer modo, todos esses autores enfatizam a necessidade de se trabalhar os meios de comunicação como fonte de informação e conhecimento durante as ações educativas. Buscam, ainda, fazer com que o processo de interação entre o indivíduo e o meio ambiente no qual esse atua seja uma fonte para a construção do conhecimento. Assim, nota-se que a tendência pedagógica que subjaz a esses autores é predominantemente construtivista. Desse modo, autores como Vygotsky, Freire e mesmo Dewey, entre outros, são referenciados por esses autores da comunicação em seu diálogo com a reflexão em educação.

Percebemos nas escolas, como já se discutiu, a predominância do modelo educacional bancário, da corrente empirista, que valoriza mais os conteúdos do que a forma como o conhecimento é construído. Temos nesse ambiente escolar um ciclo que perpetua a transmissão dos saberes formais, com professores que tendem a reproduzir em sala de aula o que eles próprios vivenciaram. A reflexão acerca do fazer docente ainda é pouco disseminada na formação do profissional, o professor mantém ativas as práticas retrógradas que levam o aluno a uma condição absolutamente passiva, não sendo propiciado ao educando uma participação ativa no seu processo aprendizagem. O indivíduo é exposto ao conteúdo sem uma integração consistente com o mesmo, a dinâmica da classe é centrada no professor e não no aluno. Assim, as práticas educativas são muito ricas em informação, mas pobres em ação. Nesse ambiente, as relações entre professores e alunos tornam-se autoritárias e distantes; a participação do aluno é pouco estimulada, os fluxos de informação são regulados pelo material didático, não há um lugar para o novo, para uma construção coletiva e participativa. O professor se coloca



como um transmissor e administrador de saberes, aos alunos cabe uma relação de dependência, sem trocas, unilateral.

Os teóricos da corrente construtivista, também como já se mostrou, vão se opor a esse modelo e apontam os benefícios de se adotar como modelo pedagógico aquele que reconhece a importância da informação e defende que haja uma relação entre comunicação e educação, para que essa última possa favorecer o trabalho com os novos meios de conhecimento e apreensão do saber.

Nessa corrente, o processo de aprendizagem vai ser participativo e haverá uma reconstrução das formas de adquirir o conhecimento. O professor torna-se o mediador nas diversas formas de aprendizado. O aluno assume uma postura participativa diante do seu desenvolvimento, se estabelece um vínculo por ação que promove a construção democrática do conhecimento. Desse modo, os meios de comunicação são vistos como um processo integrado, em que informação e comunicação são variáveis estratégicas para a compreensão da nova cultura. No modelo educacional descrito, a prática pedagógica é condizente com uma postura construtivista da educação, como a freireana, na qual o aluno é um sujeito ativo e responsável no seu processo de aprendizagem, além de também interagir com os conceitos da educomunicação.

## **7. O PROFESSOR EDUCOMUNICADOR**

Para que as práticas educ comunicativas sejam eficazes no ambiente escolar, faz-se necessário uma mudança na postura tradicional do professor. O eixo da relação adotada no ambiente deixará de ter como base a figura do professor, de modo que as participações igualitárias de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento das ações são fundamentais. Será necessária uma formação a mais aos professores, pois esses deverão conhecer a Educomunicação e o papel do educ comunicador, profissional assim definido por Soares:

por Educ comunicador, entendemos o facilitador que aplica intencionalidade educativa ao uso dos processos, recursos e tecnologias da informação a partir da perspectiva de uma mediação participativa e democrática da comunicação. Isto inclui tanto o desenvolvimento e o emprego das tecnologias para otimização das práticas educativas, quanto a capacitação dos educandos para seu manejo, assim como a recepção organizada, ativa e crítica das mensagens massivas.(SOARES, 1999, p.41)

A formação do professor deverá ser mais crítica e humanista, o profissional deverá ter um conhecimento acerca dos meios de comunicação, principalmente no que



se refere à recepção das mensagens, além de conhecer a importância das manifestações culturais para a formação individual de cada um. Talvez seja um ideal pensar que todo professor possa ou deva ser também um educador, mas é possível propor que a postura de cada profissional em relação às práticas sociais da comunicação passe a ser observada. Sierra assim define a postura do professor em um ambiente que valoriza as ações comunicativas:

El maestro informador es substituido por la figura del educador animador, encargado de impulsar y dinamizar las comunicaciones en el grupo, mientras que el estudiante deja de ser receptáculo pasivo de la información en los procesos de enseñanza-aprendizaje, para convertirse en el principal agente responsable de la experiencia de conocimiento en la comunicación didáctica. (SIERRA, 2000, p.56)

O professor educador precisa ter uma excelente capacidade comunicativa, pois cabe a ele atuar não apenas no ambiente interno da escola, mas também no externo, muitas vezes fazendo a ponte necessária para levar a escola à realidade do mundo real, fora dos muros da escola. O que é outro aspecto que aproxima a Educomunicação e a Pedagogia de Projetos, pois nessa o trabalho também se volta para o mundo que oferece os temas a serem trabalhados. As tecnologias da informação e da comunicação precisam fazer parte do repertório em destaque nesse profissional, pois cabe a ele orientar os alunos no uso adequado dos diferentes recursos da comunicação, empregando a tecnologia não apenas como recurso didático, mas, inclusive, como manifestação da expressão dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Segundo Dov Shinar, pesquisador israelense:

Deverá haver entre professor e aluno uma relação participativa. Ou ainda, é preciso identificar o professor como gestor da comunicação, envolvendo conhecimentos pedagógicos, teóricos e de comunicação – aquele que é líder, orientador, agente, especialista na investigação da informação, que trabalha com o aluno, mas que não é dono de conhecimento ou da verdade. (SHINAR apud SOARES, 1999, p.62)

Espera-se do professor educador uma postura aberta a enfrentar situações novas a cada dia, se colocar à disposição de novas descobertas e novos caminhos. Para que isto seja possível é fundamental que esse profissional seja capaz de aliar ao seu trabalho a pedagogia, a comunicação e as diferentes tecnologias em prol do desenvolvimento educativo.

## **8. A EDUCOMUNICAÇÃO COMO UM AGENTE TRANSFORMADOR**



Como a escola, exercendo sua função primordial de formar cidadãos, pode interagir de maneira saudável no mundo atual, conciliando os diferentes tempos e percepções? Segundo Citelli:

Televisão, videocassete, rádio, computador ao lado giz e lousa. Ritmo e velocidade nas linguagens midiáticas convivendo com a oralidade nem sempre agradável e cifrada numa temporalidade que segue o andamento natural do sistema fonador. (CITELLI, 1999, p.16)

Uma das saídas pode ser a implantação de projetos educacionais, os quais através de suas características buscam uma aproximação entre a educação e os meios de comunicação, propondo ações que visam uma interação entre as interfaces da comunicação com a educação. Diminuindo assim a distância entre as duas realidades. A Educomunicação entendida como um conjunto de ações que buscam integrar e fortalecer os indivíduos dentro de um ecossistema comunicativo, valorizando as práticas democráticas e participativas, pode propiciar à educação um estudo mais amplo e contínuo dos meios de comunicação.

Essa ação poderá possibilitar ao aluno uma relação mais positiva com meios. Apesar da escola não ser o único ambiente onde se possam desenvolver projetos educacionais, ela é, sem dúvida, um ambiente bastante promissor, pois na escola a socialização é propagada e existe a possibilidade de uma ampla integração dos grupos sociais, aspectos imprescindíveis à Educomunicação. Adotar nas práticas pedagógicas projetos educacionais não significa que o papel da escola vai ser alterado, significa, sim, uma mudança de abordagem, mas a essência do fazer docente se mantém; segundo Citelli:

a escola continuará, para se fazer uso de uma redundância formal, mas com carga significativa ampliadora, sendo escola, portanto, locus de sistematização e, sobretudo, produção de saber. A “leitura” dos sistemas de comunicação, no seu compósito de produção, circulação e, sobretudo, recepção, deve esta integrada aos fluxos críticos-dialógicos dos demais discursos com os quais a escola trabalha. (CITELLI, 1999, p.16)

As escolas são orientadas a valorizarem a comunicação em suas práticas educativas. O PCN, elaborado pelo MEC, conforme se verificou, sugere a utilização de temas transversais, nos quais assuntos relacionados ao cotidiano da comunidade vão servir de norteadores para uma abordagem mais formal do tema, buscando levar uma maior interatividade para as práticas educativas. Nesse sentido, ele valoriza a comunicação em seus diversos aspectos, bem como estimulando uma visão crítica dos



meios de comunicação. Acredita-se, assim, que tais abordagens acabam por eliminar o receio, ainda persistente, de professores de interagir com os meios de comunicação:

As tecnologias de comunicação, além de serem veículos de informação, possibilitam novas formas de ordenação da experiência humana, com múltiplos reflexos, particularmente na cognição e na atuação humana sobre o meio e sobre si mesmo. A utilização de produtos do mercado da informação – revistas, jornais, *cd-rom*, programas de rádio e televisão, home-pages, sites, correios eletrônicos – além de possibilitar novas formas de comunicação, geram novas formas de produzir o conhecimento. (PCN, 1998, p.135)

Dessa forma, a comunicação passaria efetivamente a fazer parte do cotidiano escolar, deixaria de ser coadjuvante e assumiria um papel fundamental no processo de aprendizagem, facilitando as relações entre os alunos, professores, coordenadores, diretores, enfim, todos os envolvidos no processo educativo. Sobre esta nova ótica, o conhecimento se constrói por meio das interações, na coletividade, como nos mostra Kaplún:

A isso Bruner acrescentará que, se a reflexão é indubitavelmente uma fase vital em todo autêntico processo de aprendizagem, ela “é muito mais fácil de iniciar em companhia que em solidão. O pensamento começa sendo um diálogo que depois se faz interior”. (KAPLÚN, 1999, p.70)

Em suma, inserir projetos de Educomunicação no ambiente escolar é uma prática que, por mais resistência que encontre, contribuirá na formação intelectual dos alunos, melhorando as relações e democratizando o ambiente escolar. As escolas que optarem por ignorar que as mudanças da sociedade, bem como os novos anseios e expectativas em relação aos processos de ensino, correm o risco de ficar à margem e provavelmente terão dificuldades em cumprir o papel de formar indivíduos críticos para atuar no mundo que muda constantemente.

Por outro lado, é possível pensar que a inserção da Educomunicação ou de projetos educacionais nas escolas tenha que se dar, a fim de provocar mudanças mais significativas, não só em ocasiões esporádicas, mas sim de modo mais estrutural. Desse modo, esse é já um eixo possível da convergência entre a Pedagogia de Projetos e a Educomunicação, ou seja, a construção e o trabalho com projetos utilizando estratégias propostas pela Educomunicação.

A Educomunicação ensina uma nova forma de analisar o mundo. Fornece-nos subsídios sobre a cultura dos meios de comunicação e instrui como buscar informação em diversas fontes, bem diferentes das habituais. A partir desse processo, as pessoas se



tornam mais reflexivas, desenvolvem o censo crítico e a capacidade de avaliar as informações que recebem e questionam pelas que gostariam de receber.

A sociedade passa a se organizar e estruturar-se para cobrar sobre aquilo que lhes é faltante, pois se tornará apta para cobrar da mídia e do governo, ações que solucionem as suas demandas, dessa forma, terá voz e será participativa no processo de construção da cidadania.

## **8. CONCLUSÃO**

Conforme foi comprovado durante esta pesquisa, “o processo político de construção da cidadania tem como principal objetivo oportunizar o acesso igualitário ao espaço público como condição de existência e sobrevivência dos homens enquanto integrantes de uma comunidade política” (CORRÊA, 2006). E nesse processo, a educação tem um papel primordial, por ser inerente ao inacabamento histórico do ser humano.

Chegando até a Era da Informação, essa nos alcança de diversas maneiras, por isso não se deixar a comunicação fora do ambiente escolar, surge a necessidade de se educar para as mídias e com as mídias, dessa demanda surge o campo da Educomunicação, que pode ser voltar tanto para educação formal como informal. No presente trabalho, foram abordados os aspectos da Educomunicação dentro do ambiente escolar, privilegiando a educação formal, mostrando que ela surge fora do ambiente escolar e se propõe a levar à escola práticas que aproximam o aluno da realidade social, além de contribuir com a visão de um campo de atuação diferente do pedagógico. Sendo o ambiente escolar isolado dos diferentes campos de atuação, a Educomunicação pode se tornar a ponte entre o mundo fora dos muros escolares e o de dentro. Por meio de sua prática político-pedagógica consciente e livre de neutralidades, o educador tem papel primordial no processo de construção desse novo homem informado de que é com os impostos pagos com o esforço de seu trabalho, que há manutenção da máquina estatal como um todo e que a partir de então levante seu braço e sua voz em espaços participativos onde possa exercer o controle sobre onde o mesmo governo aplica e redistribui os impostos pagos pela sociedade.

## **8 REFERÊNCIAS**



ANDRADE, L. B. P. *Educomunicação e Pedagogia de Projetos*. Monografia de especialização em Gestão da Comunicação, São Paulo: ECA/USP, 2009.

ARROYO, Miguel. *Educação e exclusão da cidadania*. In: Buffa, Ester. et al. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 19)

BARBERO, Jesús Martín. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. *Revista Educação & Comunicação*. São Paulo: USP, v.18, maio/agosto 2000.

BARBOSA, Alice Mouzinho. *Cidadania fiscal*. Curitiba: Juruá, 2005.

BRASIL, MEC. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUFFA, Ester. *Educação e cidadania burguesas*. In: Buffa, Ester. et al. \_\_\_\_\_.

CITELLI, Adilson. *Comunicação e educação: a linguagem em movimento*. São Paulo: SENAC, 1999.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 2006. (Coleção Direito, Política e Cidadania, 3)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GENTILLI, Victor. *Democracia de Massas: Cidadania e Informação*. Dissertação apresentada à ECA-USP. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

KAPLÚN, Mário. *Processos educativos e canais de comunicação*. In: Revista Comunicação e Educação, São Paulo, Editora Moderna, jan./abr. 1999.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 250).

SIERRA, F. *Paradigmas y modelos teóricos de la comunicación educativa, in Introducción a la teoría de la comunicación educativa*, Sevilla Edutorial, MAD: 2002.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. Contato, Brasília, Ano 1, n. 1, jan/mar: 1999.